

ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini e Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, gostaria de registrar com muita satisfação a presença neste plenário de quatro vereadores da minha cidade. Há até um motivo de ordem sentimental para cumprimentá-los, porque foram meus alunos, ajudaram a construir minha vida política. Então, registro com muita satisfação a presença dos vereadores Reovaldo Seco, Adriane Biava, Líres Anciliero e Santo da Silva, de Arroio Trinta. É um prazer recebê-los nesta Casa.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Boa-tarde, sr. presidente, gostaria somente de fazer o registro da presença nesta Casa do delegado regional de Criciúma, Jorge Koch; do presidente da Associação das Autoescolas de Criciúma e Região, Alex Sander de Freitas, e do vereador Tita Belloli, presidente do PMDB da cidade de Criciúma.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Fica registrada a presença das referidas autoridades na Assembleia Legislativa. Sejam todos bem-vindos à Casa do Povo catarinense.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero incorporar-me à saudação do deputado Luiz Fernando Vampiro, ao nosso colega Jorge Cold Alfarra e a todos os policiais que estão nesta Casa.

Conversávamos no *hall* de entrada a respeito do trabalho e da segurança que são feitos pela Polícia no combate à criminalidade e que foi em razão da sua eficiência em Criciúma, da ação firme de toda a equipe comandada pelo delegado Jorge Koch, que foram coibidas as lamentáveis queimas de ônibus e outras afrontas à sociedade e à Justiça.

Eu tenho dito que hoje a Polícia é a última barreira antes do caos social. E o deputado Valmir Comin, que fez várias manifestações da tribuna a respeito daquele fato, é testemunha do trabalho que tem sido feito e aqui expressou sua preocupação, sua tristeza e seu inconformismo com o que estava ocorrendo no município de Criciúma.

Hoje li um texto da autoria do dr. Francisco Karam, médico de Videira, intitulado "Impunidade protegida", no qual ele afirma que a corrupção é tão antiga quanto a humanidade. Infelizmente, em

nosso país ela está acima da média mundial. Por quê? Porque não tem sido devidamente combatida, a impunidade é muito grande, até porque o processo judicial permite um infindável número de recursos. Diz que a lei é mais dura para o pobre e que o colarinho branco consegue bancar bons advogados e fazer o processo arrastar-se por longos anos, coisa que o pobre não consegue.

A Polícia, como eu estava dizendo, é a última barreira para evitar o caos social. O marginal hoje não tem medo da sentença judicial, não tem medo da decisão que o condena, mas ele ainda respeita a sociedade porque a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Federal continuam combatendo o crime e o criminoso. No entanto, quando ele pode, ele ainda a afronta, e quando a sociedade desacredita a Polícia, quando ela não mais lhe der amparo, aí, sim, estaremos desprotegidos.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ouço o deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Maurício Eskudlark, dentro do seu raciocínio, corroboro com suas palavras, notadamente quando v.exa. fala que a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Federal são as últimas barreiras entre a sociedade e o caos, porque quando se chega a esse limite é porque outros organismos de governo falharam na questão da inclusão social. E eu falo do governo como um todo, independentemente da questão político-partidária.

Por isso precisamos enaltecer a participação do contingente militar e civil, que realmente é um cordão de resistência muito forte que precisa ser levado em conta. Nós temos que fortalecer cada vez mais suas fileiras, não só quanto ao aparato do conhecimento, da inteligência, mas também no que se refere a recursos humanos e armamentos.

Mas gostaria de aproveitar o ensejo da presença do delegado regional Jorge Koch para enaltecer sua atuação, porque, inclusive, quando dias atrás fiz um pronunciamento nesta Casa a

respeito dos episódios de violência em Criciúma, ele lá estava, juntamente com os delegados Márcio Neves e Valdemir Cabral e com todos os segmentos organizados, de arma em punho combatendo o crime. Por isso, é um servidor que precisa ser enaltecido.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Valmir Comin. Realmente, às vezes, no dia a dia, como é o caso do colega Jorge Koch, encontramos pessoas cordiais, atenciosas, cuidando das questões de trânsito e da administração da Polícia, mas não conseguimos ver o outro lado do trabalho do policial, quando ele tem que agir com firmeza no combate ao crime.

Trata-se de uma profissão diferente - e a própria Academia de Polícia trabalha muito com essa questão -, porque o policial trabalha 99% do tempo com o cidadão de bem, com a pessoa que foi vítima, que vai fazer o registro do BO, que precisa de um atendimento. Porque, como sempre digo, quando está doente ou quando se sente ameaçada é que a pessoa fica mais fragilizada e precisa de um atendimento atencioso, carinhoso, respeitoso. Mas esse mesmo policial que tem que fazer esse trabalho, dali a pouco, em questão de minutos, é chamado e vai para a rua para o confronto com o marginal, colocando sua vida em risco.

Então, gostaria de parabenizar toda a Polícia Civil de Santa Catarina, em nome do dr. Jorge Kock e dos demais colegas de Criciúma.

Voltando ao foco original do meu pronunciamento, é preciso mudar a nossa legislação. Semana passada foi dado destaque nacional ao fato de a presidente Dilma falar de feminicídio, que é a morte dentro de casa, a morte da mulher pelo companheiro. O feminicídio passou a ser crime hediondo e sua pena, que era de seis a 20 anos, passou para 12 a 30 anos.

No meu entendimento, o que realmente precisa mudar é a Lei de Execução Penal, porque o indivíduo que é condenado a 12 anos de prisão, após cumprir dois anos já pode sair da cadeia. Então, não adianta, estamos enganando a nós mesmos

pensando que ao definir, por exemplo, o feminicídio como crime hediondo estamos endurecendo a lei no Brasil! Não existe lei rígida coisa nenhuma neste país. Nada mudará enquanto a Lei de Execução Penal não mudar. Claro que quem vai preso, quem é recolhido, tem que ter oportunidade de voltar para a sociedade, de se ressocializar, mas a lei não pode ser tão branda assim. O marginal sabe que não vai para a cadeia, o corrupto sabe que não vai para a cadeia. Este é o nosso Brasil! Vamos continuar criticando a Polícia, criticando a Justiça, enquanto tivermos leis tão brandas assim.

Li hoje acerca dos elos de José Dirceu com as empresas investigadas na Operação Lava-Jato. O escritório de consultoria do José Dirceu recebeu das empresas investigadas R\$ 7,535 milhões! É um absurdo! E ele, quando preso, ainda fez gestos com o punho, como se representasse a resistência da moralidade. Isso é uma afronta à nossa sociedade.

Então, a Lei de Execução Penal tem que mudar! O nosso assunto para hoje era este: ou mudamos a lei, ou vamos continuar reféns da criminalidade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Eu gostaria de registrar a presença e cumprimentar todos os integrantes do Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e de Turismo e Hospitalidade da Grande Florianópolis, o Sitratuh-Flor. Sejam bem-vindos à Casa do Povo e sintam-se à vontade.

Também gostaria de cumprimentar, neste momento, as pessoas que fazem parte da União Geral dos Trabalhadores de Santa Catarina, desejando que, da mesma forma, sintam-se à vontade nesta Casa para apreciarem, mais tarde, a votação do projeto que versa sobre o salário mínimo regional.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, todos que acompanham esta sessão plenária, especialmente os

trabalhadores que vieram acompanhar a discussão e votação, na Ordem do Dia, do projeto que trata do salário mínimo regional, projeto este que deverá ser aprovado nesta Casa para o bem dos trabalhadores, pois o aumento será retroativo ao mês de janeiro.

Sr. presidente, nós temos a avaliação de que o combate à corrupção deve ser uma política de estado e não apenas uma política de governo. Para garantir isso é preciso cada vez mais aprovar leis ágeis e eficientes que ajudem na identificação de indícios de corrupção e não apenas quando há muito tempo vem prejudicando os serviços e os cofres públicos.

A valorização do servidor e do serviço público é algo que nós sempre temos que colocar como ponto central de destaque nesse debate, pois nós queremos, cada vez mais, um serviço público de qualidade. E sabemos que a imensa maioria dos agentes públicos é honesta e presta serviços de qualidade. Assim, não se pode permitir que alguns prejudiquem o todo e a população. A corrupção está presente no setor público, mas também no setor privado. Todas as investigações feitas no Brasil, nesses últimos anos, têm comprovado a relação público-privada, mostrando que agentes públicos têm-se beneficiado monetariamente em troca de favores a instituições privadas, mas sempre quem paga a conta são os cofres públicos.

O governo federal, através da Controladoria-Geral da União, tem dados que mostram o envolvimento dos agentes públicos em corrupção. Entre agosto de 2002 e agosto de 2013 foram punidos 4.421 agentes públicos. Desse total, 3.670 foram demitidos, 293, cassados, 367, destituídos do cargo e 91, afastados da função pública. Milhares de empresas privadas foram punidas por desvios e, inclusive, enquadradas no Cadastro de Empresas Inidôneas. Esse número chega a 3.755.

A União tomou uma série de medidas. E a pergunta que nos cabe fazer é quais são os dados de Santa Catarina. Em nosso estado, quais são os elementos que temos para discutir esse tema? Os

municípios também precisam tratar desse problema com leis municipais.

Nesse sentido, discutindo o papel que nos cabe, como parlamentares catarinenses, apresentei, no dia de ontem, o Projeto de Lei n. 0063/2015. O que diz esse projeto? Ele dispõe sobre o registro das declarações de bens, controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito por parte do agente público no exercício de cargo ou emprego público estadual, determinado que esse controle seja efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado.

E quais seriam esses sinais? São eles: posse, e propriedade de bens ou despesas que revelem gastos incompatíveis com o rendimento no exercício do cargo. Quem são os agentes abrangidos por esse projeto de lei? São os agentes públicos contratados, concursados, eleitos, designados ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades da administração pública.

O que caberia, então, ao Tribunal de Contas do Estado? Caberia manter um registro informatizado de todas as declarações de bens e exigir, a qualquer tempo, que o agente público informe a origem, a legitimidade e a natureza de seus bens. Caberia, ainda, exercer o controle da legalidade e legitimidade desses bens e inspecionar os sinais aparentes de riqueza, com o apoio das Corregedorias e dos sistemas de controle interno de cada poder, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, a fim de que, mediante comprovação ou a suspeita, encaminhar para os poderes competentes o procedimento adequado.

Além do agente público, o projeto de lei inclui o cônjuge ou o companheiro, os seus dependentes ou outras pessoas que vierem a exercer função sobre a sua dependência. Queremos construir em Santa Catarina um processo que tenha maior transparência sobre a evolução patrimonial do agente público e de posse dessa evolução patrimonial, a comprovação da renda.

Eu conversava com o deputado Adão Villaverde, autor de projeto semelhante no Rio Grande do Sul,

que me disse que lá o Tribunal de Contas já organizou um sistema de informática que integra as informações, o que permite que todas as declarações de bens e de patrimônio sejam cruzadas, ou seja, você cruza a renda com a declaração de bens e mais a denúncia que a sociedade faz em se tratando de sinais aparentes de riqueza.

O que se entende por sinais aparentes de riqueza? A aquisição de iates, aeronaves, animais de raça, automóveis, imóveis e outros bens que demandem gastos para sua utilização, guarda e manutenção. Tudo isso pode ser objeto de inspeção pelo Tribunal de Contas.

Volto a dizer, sou deputada estadual e precisamos aperfeiçoar um instrumento de controle social neste estado. Em nível federal estamos construindo vários instrumentos. Como falei, mais de três mil empresas entraram no cadastro de empresas inidôneas envolvidas com crimes de improbidade e mais de mil agentes públicos foram punidos severamente. E em Santa Catarina? Quantos servidores, quantas empresas foram punidos? Quais são os números das punições?

Então, o nosso projeto de lei tem como objetivo instrumentalizar o TCE para que ele possa exercer um papel de acompanhamento e fiscalização da evolução do patrimônio dos agentes públicos no estado de Santa Catarina.

Eu espero colher sugestões para melhorar o projeto, discuti-lo bem e ouvir a sociedade catarinense, a fim de que ela se aproprie do conteúdo desse projeto, mas que também possa nos ajudar na aprovação dessa matéria. E peço o apoio aos meus colegas deputados, para que essa minha iniciativa seja aprovada como uma maneira positiva de aumentar a transparência e o bom uso dos recursos públicos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença nesta Casa do presidente da Câmara Municipal de Passo de Torres, Pedro Paulo Bittencourt,

acompanhado dos vereadores André Porto e Adilson Martins. A todos as boas-vindas e que levem boas impressões da Casa do Povo.

O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, lideranças que nos visitam, prefeitos que estão aqui para o encontro da Fecam, dirigentes sindicais da CUT e das demais entidades, que mais uma vez se encontram nesta Casa exercendo um importante papel na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras catarinenses. Essas sindicais desde 2007/2008 estão na luta da defesa dos direitos dos trabalhadores, ocasião em que fizeram uma grande campanha de mobilização e trouxeram a esta Casa um abaixo assinado com mais de 50 mil assinaturas pela implantação do piso mínimo. E depois de muita luta, de muitos debates, conseguimos aprovar o salário mínimo regional, sendo que Santa Catarina foi um dos últimos estados a implantá-lo.

Agora, tramita na Casa o projeto que prevê o reajuste do salário mínimo regional em 8,8%. Ontem, inclusive, ele foi aprovado nas comissões de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça, a fim de que pudéssemos apreciá-lo neste plenário na tarde de hoje.

O que é importante para os trabalhadores brasileiros, para um pai de família, para uma mãe de família, srs. deputados, sras. deputadas? Com certeza é ter um emprego para, no final do mês, receber o seu dinheirinho e sustentar a sua família. Esse é o grande sonho dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e do mundo.

Sr. presidente, estamos acompanhando pelos meios de comunicação do país um grande debate do possível aumento do desemprego que ocorrerá no Brasil. Estamos acompanhando isso muito de perto e buscamos os dados da questão do desemprego. Mas não foi confirmado ainda o tão anunciado, o tão falado aumento do desemprego no país. Todos os

dados, deputado Maurício Eskudlark, mostram que estamos com o mesmo índice de emprego do ano passado. A verdade é que sempre há uma queda no nível de emprego nos primeiros meses do ano. Isso ocorreu no ano passado nos meses de fevereiro e março, sendo que em abril começou a recuperação. Então, não há novidade alguma relacionada ao desemprego.

No Brasil mede-se o nível de emprego pela procura das pessoas. Essa é a forma que se usa em nosso país. E, por incrível que pareça, houve uma pequena mudança neste início de ano, ou seja, não houve redução, foi mantido o mesmo nível de empregados do ano passado e de outros anos, porque estamos em pleno emprego. Aliás, atualmente temos o mais baixo índice de desemprego da história do Brasil, embora haja uma procura maior por emprego nesse período.

Em termos de renda, durante muitos anos prevaleceu no Brasil a visão de que não se podia aumentar o salário do trabalhador porque se poderia quebrar as empresas e a Previdência. Então, os aumentos do salário mínimo eram de R\$ 5,00. Com isso, houve um grande achatamento salarial, tanto que em 2002 o salário mínimo era de R\$ 200,00, cerca de US\$ 68 à época, um dos mais baixos da história do país. Felizmente, em janeiro de 2015 chegamos ao maior poder aquisitivo do salário dos últimos 52 anos.

Estamos convencidos de que aprovado o novo piso mínimo catarinense, ele contribuirá para a melhoria econômica do Brasil. Talvez um dos principais fatores para que nosso país não sofresse tanto os efeitos da crise internacional, que já dura seis anos, tenha sido justamente a valorização do salário mínimo, que em vários momentos chegou a US\$ 350!

Então, para nós é essencial continuarmos na perspectiva da valorização do salário dos trabalhadores e a nossa luta em Santa Catarina é no sentido de ampliarmos cada vez mais esse valor, porque isso contribui para que o estado tenha o menor índice de desemprego do Brasil, chegando a menos de 2%.

O nosso estado produz muitos alimentos, produz eletrodomésticos, é um estado que produz vestuário e calçados. E o trabalhador, quando recebe o seu salário, vai ao comércio adquirir aquilo que outro trabalhador produziu. Então, vai movimentando a economia.

Então, o nosso desafio é continuarmos melhorando o salário do trabalhador e com isso ampliarmos a geração de novos empregos, porque são criadas novas demandas. Sempre digo que o piso mínimo regional beneficia mais de um milhão de trabalhadores. Segundo dados do Dieese e da Fiesp, todos ganham. O trabalhador ganha porque melhora a sua renda, e o empresário, deputado Cesar Valduga, ganha porque vende mais. Isso cria uma perspectiva positiva em nossa economia e, conseqüentemente, o estado, os municípios e a união arrecadam mais, porque a economia é movimentada e mais impostos são gerados.

Por isso, não tenho dúvida de que o piso mínimo catarinense foi um dos principais projetos em termos de repercussão para a população e um dos maiores e mais importantes que esta Casa aprovou em 2009.

É claro entendemos que precisamos construir uma data base, o mês de janeiro, para renegociação. Temos que garantir isso, mas temos também que criar uma perspectiva de aumento anual, como é o caso do salário mínimo nacional, que é reajustado de acordo com a inflação, com o IGP e com outros índices que permitem uma recuperação automática do poder de compra do salário.

Concluindo, entendemos como fundamental para que o Brasil continue crescendo o permanente reajuste do piso salarial, porque ele serve para distribuir renda no estado e no país, o que é fundamental para que continuemos a diminuir as diferenças sociais e acabemos de vez com a pobreza, construindo mais dignidade e respeito para a nossa população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença do presidente da Câmara Municipal de Marema, vereador Algacir Donzelli; da secretária da Saúde do município de Salete, nossa amiga Sandra Bittencourt Longen, e dos vereadores Dirceu Nazário e Alício Regueira, que estão acompanhando a sessão de hoje.

Também quero registrar que recebemos o convite da vereadora Andréia Symone Nagel para debater a questão do contorno viário do município de Gaspar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, damos as boas-vindas a todas as lideranças mencionadas.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação, formado pelo PSB, PR e PPS.

(Pausa)

Não havendo parlamentares do bloco que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores quero manifestar-me com relação às medidas anunciadas pela presidenta Dilma Rousseff hoje, pela manhã, medidas essas que vêm ao encontro de todas as manifestações legítimas da sociedade brasileira e que exigem cada vez mais o combate à corrupção e a punição do corruptos.

O pacote anticorrupção anunciado pela presidente Dilma Rousseff envolve quatro frentes fundamentais.

1ª medida - Aplicação da Lei da Ficha Limpa para todos os servidores públicos;

2ª medida - Confisco dos bens adquiridos de forma criminal ou ilícita;

3ª medida - Criminalização do caixa dois;

4ª medida - Criminalização do enriquecimento ilícito.

Essa última medida já foi por nós abordada quando falamos do projeto de lei que apresentamos a esta Casa visando a criar uma legislação que criminalize o enriquecimento ilícito.

Com relação a essas medidas que servem para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a presidenta traduz em projeto de lei o crime de caixa dois.

(Passa a ler.)

"Criminalizar o ato de fraudar a fiscalização eleitoral, inserindo elementos falsos ou omitindo informações com o fim de ocultar a origem, o destino ou a aplicação de bens, valores ou serviços de prestação de contas de partido político ou de campanha eleitoral.

Criminalizar a lavagem eleitoral: tornar crime a ocultação ou dissimulação, para fins eleitorais, da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens.

Extensão da punição aos doadores, inclusive os responsáveis por doações de pessoas jurídicas, e aos partidos políticos.

Extinção de domínio ou perda de propriedade ou posse de bens através de projeto de lei e projeto de emenda constitucional, ou seja, carimbar na Constituição Federal que haverá confisco de bens que sejam fruto ou proveito de atividade criminosa, improbidade e enriquecimento ilícito."

Isso será feito através do Ministério Público Federal, da Advocacia-Geral da União e das Procuradorias. Será feito também através de um projeto de lei que permita uma ação civil pública para a perda dos bens.

(Continua lendo.)

"Extinção da posse e propriedade de bens, direitos, valores ou patrimônios que tenham como origem atividades criminosas e improbidade administrativa e que como instrumentos ilícitos procedam a negócios que sejam incompatíveis com a renda e com a evolução do patrimônio."

Há também um projeto de lei que permite alienação antecipada de bens apreendidos, ou seja,

garantir que os bens apreendidos, como, por exemplo, veículos, não percam seu valor; permitir que a reparação dos danos seja decorrente do crime e que haja o pagamento de prestação pecuniária, multas e custas.

(Continua lendo.)

"Tipificação do que é enriquecimento ilícito.

Regulamentação da lei anticorrupção por decreto para incentivar a adoção de programas de integridade por empresas privadas, implantando códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes para detectar na empresa desvios e irregularidades contra a administração pública.

Disciplinar o processo administrativo de responsabilização para que seja único na violação de leis anticorrupção, de leis de licitação, de regime diferenciado de contratação, pregão eletrônico, etc."

É o chamado acordo de leniência, de competência exclusiva da Controladoria-Geral da União.

Além dessas medidas, várias outras foram anunciadas pela presidenta Dilma Rousseff neste pacote, que, inclusive, tem sido elogiado por grande parte da imprensa brasileira, sendo que um dos colunistas disse que é difícil algum cidadão brasileiro colocar-se contra ele.

Chamo a atenção de todos para o fato de que para que muitas dessas medidas se concretizem elas dependem da aprovação do Congresso Nacional e que para que haja eficácia, o Poder Judiciário precisa executar e punir exemplarmente.

Sr. presidente e srs. parlamentares, eu não poderia deixar de falar sobre a necessidade da reforma política, pois nela a grande questão que está colocada é a necessidade do fim do financiamento privado e empresarial das campanhas, que está por trás de toda essa corrupção. Alguns dizem até que não se trata de financiamento de campanha, mas de empréstimo de campanha, porque depois precisa ser devolvido, e ao ser devolvido causa prejuízos à população.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Obrigada, deputada Luciane Carminatti.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Na ausência do representante do PCdoB, passaremos ao espaço destinado ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha, quero aproveitar este momento para registrar a visita ao nosso gabinete de várias lideranças.

Hoje de manhã tivemos uma reunião com o vereador Pedro Francez, de Balneário Camboriú, minha terra, que é um grande líder do município e que veio tratar de questões que temos em conjunto para o bem daquela comunidade. Chegamos, inclusive, a fazer uma roda de chimarrão, já que às 18h ocorrerá a abertura do congresso da Fecam - Federação Catarinense de Municípios, razão pela qual muitos prefeitos estão na capital e visitam a Assembleia Legislativa, todos eles preocupados com a economia nacional, procurando saber quais os rumos a seguir. Claro que há dificuldades e esperamos que elas sejam momentâneas e que os municípios não tenham perda de arrecadação, para que a economia e o desenvolvimento continuem no seu ritmo.

Ontem tivemos uma reunião com o governador Raimundo Colombo para falar das questões econômicas, das manifestações, do momento de repensar o país, um momento de muito trabalho, de muita preocupação para que os problemas não penalizem demais a população do estado de Santa Catarina. Alguns estados, como o Rio Grande do Sul e o Paraná, já estão com problemas para conseguir cobrir a folha de pagamento, inclusive estão parcelando-a. Mas Santa Catarina, como já disse desta tribuna, principalmente em razão do trabalho da boa equipe econômica do governo, comandada pelo secretário Antônio Gavazzoni, tem feito as

provisões necessárias. Espero que o governo mantenha a nossa economia sob controle, dando tranquilidade para fazer frente a alguma situação adversa que possa surgir.

Segundo o governador Raimundo Colombo, muitos contratos do Fundam estão sendo assinados com recursos provenientes do governo federal, mas aplicados por Santa Catarina. Isso tudo vai gerar mais desenvolvimento. Só as obras dos portos de Itajaí e de Navegantes estão orçadas em R\$ 103 milhões. O governador Raimundo Colombo assinou, na última segunda-feira, no município de Itajaí, a ordem de serviço para início dessas obras que devem proporcionar em torno de 500 empregos. O recurso público, quando bem aplicado, gera um aumento significativo na atividade econômica regional.

Então, os municípios de Itajaí, de Navegantes, de Balneário Camboriú, de Brusque, enfim, toda aquela região, serão beneficiados com esse investimento, que vem-se somar ao investimento feito na duplicação da rodovia Antônio Heil, entre Itajaí e Brusque, e na obra do Hospital Marieta Konder Bornhausen, que começou com R\$ 50 milhões, mas cujo dispêndio final ficará em mais de R\$ 100 milhões.

Portanto, nessa reunião com o governador foi importante ver a determinação para a continuidade dos projetos estabelecidos pelo estado de Santa Catarina, levando adiante essas obras.

Estivemos há poucos dias no DNIT cobrando a continuidade de algumas obras federais que, infelizmente, sofreram alguns atrasos no repasse de recursos. E cito a BR-280, a duplicação da BR-470, da BR-163, do trecho de São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, além de várias outras. Segundo o superintendente, neste mês todas elas devem ser retomadas, o que é muito importante para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina e para a tranquilidade dos cidadãos.

Ainda com relação aos portos de Itajaí e de Navegantes, lembramos que atualmente eles recebem embarcações com, no máximo, 300 m. A perspectiva agora é passar a receber embarcações de até 325 m,

pois a indústria naval cada vez mais constrói navios maiores e os nossos portos têm que se adaptar.

Outra obra muito importante é o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, cujo projeto vem caminhando. Houve algumas paralisações em razão da Caixa Econômica Federal, que fez algumas exigências posto que os recursos a serem utilizados provêm do governo federal. Essa grande obra vai fomentar o turismo da região, além, é claro, de gerar muitos empregos.

Para finalizar, quero registrar novamente o que falamos com referência ao trabalho da Polícia Civil e da Polícia Militar, que atuaram em Criciúma, no último mês, quando houve problemas de enfrentamento com a marginalidade. Ontem, inclusive, estive na Assembleia o delegado-geral da Polícia Civil, Artur Nitz, o delegado adjunto Marcos Flávio Ghizoni Júnior e o diretor financeiro, delegado Valério Alves de Brito.

A determinação dessas autoridades no fortalecimento da segurança pública do estado, que é um pleito, uma necessidade de todo cidadão, vem trazendo bons resultados. Hoje, inclusive, recebemos o vereador Alcione Magnus Homem, de Ermo, que fez reivindicações de aumento de efetivo na sua cidade. Também autoridades do município de Itaceminha nos ligaram pedindo mais policiais.

Então, a demanda que sempre apresentamos para os municípios de Balneário Camboriú, Itajaí e Itapema, no sentido do aumento do efetivo policial, na verdade é uma demanda estadual. O governo do estado tem procurado atender os municípios. Foi autorizada a realização de mais um concurso para 650 policiais militares e 340 policiais civis estão prontos para ser nomeados. Isso tem que ocorrer logo em razão da necessidade e do pleito da população. Mas sabemos das dificuldades, o problema todo que a secretaria da Fazenda enfrenta para compatibilizar a necessidade de segurança e de saúde com o equilíbrio financeiro, principalmente ante a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Era isso o que tínhamos para hoje, sr. presidente.

Obrigado a todos catarinenses.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista, composto pelo PP e PSDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do Bloco Social Progressista que queiram usar a palavra, passamos para o tempo destinado ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PMDB e tendo em vista a chegada do deputado Serafim Venzon, os próximos minutos serão ocupados pelo Bloco Social Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VEZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero, inicialmente, agradecer a presença da vereadora Andréia Symone Nagel, de Gaspar, que veio à Assembleia trazer o convite aos parlamentares, principalmente aos parlamentares do vale do rio Itajaí, para prestigiarem a discussão sobre o contorno viário do município de Gaspar.

Existe um movimento das comunidades de Gaspar e Blumenau para se construir um anel viário que desvia um pouco o centro de Gaspar da rodovia, o que facilitaria o acesso de quem vem da BR-101 através da rodovia Jorge Lacerda, passando por Blumenau, ou também quem está em Gaspar e Blumenau e quer acessar a BR-470. Já está sendo construída uma ponte duplicada, cujas obras estavam em estágio bem avançado, mas que foram recentemente paralisadas por conta da falta de repasse de recursos federais. Aliás, é muito comum acontecer isso.

Então, a vereadora Andréia, juntamente com os demais vereadores, estão-nos convidando para ir a Gaspar no próximo dia 26 discutir essa questão. Com certeza estaremos lá.

Também quero saudar o ex-vereador e presidente da Fetramesc - Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Santa Catarina -, sr. David Vinci, que já foi vereador várias vezes e é uma grande liderança do alto vale do Itajaí. Ele está nesta Casa acompanhando os nossos trabalhos e trazendo demandas a este Poder.

Quero ainda, sr. presidente, fazer um pequeno comentário com relação ao pacote anticorrupção que o governo apresentou e que, inclusive, a deputada Luciane Carminatti defendeu.

Quero, primeiramente, colocar que, na verdade, todos os candidatos que se elegem, de qualquer partido, do meu partido e de outros partidos, é porque são bons, porque são expoentes sociais, porque são os melhores da cidade. Existe uma tendência, que é natural do ser humano, de caprichar no que faz. E a melhor maneira, o melhor agradecimento é dar continuidade com serenidade ao seu trabalho. Quem faz bem, se estabelece. É assim com o engenheiro, com o médico, com o professor. Quem faz bem permanece e continua fazendo. Por uma similaridade de pensamento, podemos dizer também que o político que faz bem permanece.

Ocorre que aí a lógica não é tão simples, e para o político permanecer muitas vezes ele tem que instrumentalizar algumas ações que fogem à sua bondade. E aí, deputada Luciane Carminatti, esse pacote não vai acabar com a corrupção no Brasil.

Há uns dez anos fui deputado federal e conheci bem José Dirceu e inúmeros outros condenados no "mensalão", "petrolão" e coisas assim. Eu confesso que é difícil encontrar uma pessoa melhor que ele. Não dá para dizer que alguém é melhor. Por que ocorreu isso? Certamente os grandes culpados não são as pessoas que aí estão. Certamente é pelo desejo de perenidade, que tem a ver com o fazer bem.

Ora, então o que temos que mudar não vai ser com esse pacote. A causa que a presidente tem que abraçar, por exemplo, é o fim da reeleição. E quem tem interesse na reeleição? É o Executivo, aquele que está no poder, que vai fazer força para se

reeleger, e muitas vezes essa força compreende algumas ações erradas.

Outra causa a ser abraçada é o fim das coligações nas eleições proporcionais. Há inúmeros partidos que para ser contra, não cobram nada, mas para ser a favor tem um custo. Por que tem um custo? Por que existe esse mercado? Existe esse mercado porque a coligação é permitida. Se proibirmos as coligações nas eleições proporcionais e a reeleição, seguramente vai diminuir muito esse mercado de apoio negociado, que todos nós conhecemos.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Ouço v.exa., que tem experiência nesse sentido.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Eu quero cumprimentar o líder do PSDB pelo brilhante pronunciamento.

Quando se visita o Congresso Nacional, não se encontra um deputado federal ou um senador que não queira a reforma política. E a primeira medida para moralizar a gestão pública, para democratizar os recursos para o Brasil é a reforma política. Só que muitos não entendem para que ela serve, o que ela vai melhorar.

Eu disse numa entrevista no Senado Federal que acredito muito num pacote de reformas. Essa questão fatiada me preocupa, porque ela passa a interessar regionalmente. Deveria haver um pacote que fosse aprovado com um todo.

Mas acompanhei algumas questões importantes, como, por exemplo, emendas de autoria do senador Luiz Henrique da Silveira, que merecem ser debatidas aqui futuramente. Mas o importante é que já começaram a não permitir mais coligações nas proporcionais, pois isso impedirá a criação de partidos por interesse de "a" ou "b", porque se cria, muitas vezes, um partido para fortalecer a oposição, depois se cria outro para fortalecer o governo. A reforma é no sentido de impedir que a política seja um banco de negócios. Por isso esse tema deve ser mais debatido tanto nas Assembleias

Legislativas do Brasil inteiro, quanto no Senado e na Câmara Federal.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado!

Além da proibição da reeleição e das coligações, há o financiamento público e a proibição da participação da iniciativa privada no financiamento de campanhas, para tentar diminuir a quantidade de despesas que os candidatos têm. A minirreforma feita no ano retrasado proibiu a colocação de placas, cavaletes e uma série de materiais nos quais os candidatos gastavam milhões de reais.

Sr. presidente, quero alertar que esse pacote que a presidente Dilma Rousseff apresentou é mais um equívoco, é um tropicão diante da crise do país. Ela deve jogar fora esse pacote. Ela precisa, juntamente com os líderes do Congresso Nacional, encaminhar uma reforma política que basicamente consista no fim das coligações e no financiamento privado. Nem precisa preocupar-se com o voto em lista. A questão do voto em lista será mais uma negociata grande, porque o presidente do partido vai dizer quanto custará para constar dela.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Quero cumprimentar todos os que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, os srs. deputados, o sr. presidente, os integrantes dos movimentos sindicais, principalmente Luciano Porto, meu amigo de Capivari de Baixo, da Nova Central.

Na reunião da nossa bancada de terça-feira, discutimos alguns assuntos de suma importância para o estado e o que nos chamou muito a atenção e que foi bem lembrado pelo deputado Fernando Coruja foi a situação do transporte coletivo

intermunicipal em Santa Catarina, o que levou o partido a propor, através do Requerimento n. 0146/2015, a constituição de um fórum parlamentar para avaliar e acompanhar essa questão, tendo em vista os constantes acidentes e o elevado número de mortes.

Há que se considerar que quando cai uma aeronave, seja com sete, dez ou 100 passageiros, há uma comoção geral e uma investigação muito grande, até em virtude dos requisitos básicos, dos índices de segurança, das normativas da aviação civil.

Em menos de três meses houve no estado mais de 70 mortes decorrentes de acidentes no transporte intermunicipal de passageiros. Logo, é um assunto que merece toda a atenção deste Parlamento e das demais autoridades constituídas. Apesar da existência de órgãos como o Detran, o Ciretran e o Contran, que não existem normativas que regulem com seriedade o transporte coletivo intermunicipal, nem fiscalização suficiente. Nós não sabemos se um ônibus com 20, 30 anos de uso está em condições de trafegar com segurança pelas rodovias do país. Não há fiscalização apropriada para isso. Há também falha humana, falha do Poder Executivo no quesito de manutenção das estradas municipais, estaduais e federais. Mas o pior é a falta de legislação específica para que se possa cobrar mais, para que se possa erradicar esse número expressivo e alarmante de acidentes.

Santa Catarina ainda continua enlutado em virtude do acidente ocorrido no norte do estado na semana passada. Houve uma solicitação de um transporte intermunicipal, foi feita uma baldeação no meio porque quebrou uma viatura da empresa "x", passaram para a empresa "y", mas utilizaram a mesma licença de tráfego. Enfim, uma situação surreal. Há indícios de situações complicadas no veículo, como desgaste de algumas peças de suma importância para a segurança. Não houve, na verdade, um registro do número exato de passageiros quando da licença; depois colocaram 51 e acabaram mudando para 59 passageiros. Enfim, há

um desencontro de informações e parece que apenas os meios de comunicação é que estão investigando.

É por isso que a bancada do PMDB, através do seu líder, deputado Antônio Aguiar, e dos deputados Mauro de Nadal, Fernando Coruja, Dirce Heiderscheidt, Manoel Mota e Aldo Schneider, pediu a constituição desse fórum parlamentar para que se consiga avançar nessa questão, chamando as empresas públicas de transporte intermunicipal, os órgãos fiscalizadores e o governo do estado para que se elabore uma normativa que faça cessar esse número infundável de acidentes rodoviários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença dos delegados Artur Carlos Sell e Artur José Régis Neto, que fizeram história na Polícia catarinense e hoje fazem parte da Adepol de Santa Catarina. É um orgulho recebê-los nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o sr. deputado Fernando Coruja, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, trabalhadores presentes, principalmente os meus companheiros da cidade de Lages, da Nova Central, que aqui vieram prestigiar a votação do projeto que reajusta o piso salarial regional.

A Constituição Federal, no seu art. 7º, inciso IV, previu um salário mínimo nacional único, salário este que atenderia uma série de demandas envolvendo saúde, educação, lazer etc., coisa que, evidentemente, não acontece. Já o inciso V do mesmo art. 7º admitiu a possibilidade de um piso salarial por categoria.

Em 2000, não lembro exatamente em que mês, mas parece-me que foi em junho, foi votada a Lei

Complementar n. 103 - e eu estava no Congresso Nacional na ocasião - que criou a possibilidade de que os estados legislassem sob seu piso regional.

Hoje há uma grande concentração da capacidade legislativa em poder do Congresso Nacional. Há pouco discutia com a deputada Luciane Carminatti a possibilidade de, deputado Natalino Lázare, propormos uma PEC - Proposta de Emenda Constitucional - das Assembleias Legislativas a fim de ampliar a capacidade legiferante do Poder Legislativo dos estados.

Este é um exemplo. Vejam bem, há possibilidade de que a Assembleia legisle sobre um piso regional. Há possibilidade. Isso deveria ser normal em uma federação. Entretanto, houve necessidade de que em 2000 se votasse a Lei Complementar n. 103 para autorizar os estados a votarem o seu piso regional. Lembro-me que no dispositivo consta, inclusive, a possibilidade de inclusão das empregadas domésticas, coisa que de fato aconteceu.

Com relação ao Projeto de Lei Complementar n. 0006/2015, houve um acordo, pelo que sabemos, entre os sindicatos patronais e dos trabalhadores para que se votasse esse texto. Houve celeridade de vários deputados nas comissões para que o projeto possa ser votado hoje à tarde.

Mas o que eu quero ressaltar é isto: a impossibilidade constitucional de o Poder Legislativo Estadual legislar. É preciso, com certeza, aumentar a capacidade de legislar da Assembleia Legislativa, pois hoje essa capacidade é quase que exclusiva da União, conforme preconiza o art. 22 da Constituição Federal. No direito do trânsito não se pode ter uma legislação estadual, por exemplo, que diga que os faroletes dos carros têm que ser ligados - como já houve na Assembleia Legislativa de Santa Catarina um projeto aprovado nesse sentido - porque é considerada inconstitucional.

Então, é muito concentrado o modelo brasileiro, a federação brasileira é muito frágil. Eu estou insistindo neste assunto e quero ficar, deputada Luciane Carminatti, igual ao ex-senador

Eduardo Suplicy, que um discurso no Senado da República era sobre o salário mínimo e o outro também. Eu vou ficar assim no que se refere à capacidade legiferante dos Legislativos Estaduais. Mas a verdade é que precisamos realmente, deputado Neodi Saretta, aumentar a capacidade de legislar das Assembleias Legislativas do Brasil, caso contrário o Poder ficará muito fragilizado.

Segundo a Constituição Federal, no parágrafo único do art. 22, uma lei complementar votada pelo Congresso Nacional pode conceder aos estados essa capacidade legislativa em casos específicos. Mas não é apenas isso que queremos. Nós queremos que a própria Constituição seja alterada, a fim de que possamos legislar sobre muitos assuntos.

A federação brasileira é muito frágil, repito, e não somente na questão da partilha de recursos, mas na competência legislativa. Todos acompanham pelos meios de comunicação o que acontece no modelo americano, onde num estado uma coisa é crime e em outro não é. A realidade dos estados do sul do Brasil é muito diferente da realidade dos estados nordestinos, por exemplo. Logo, é preciso que se descentralize a capacidade legislativa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Fernando Coruja, v.exa. sempre faz intervenções diferenciadas, inteligentes e com conhecimento profundo. Assim, eu não posso deixar de fazer menção a esse tema que v.exa. levanta no Parlamento catarinense, falando de uma triste realidade que é a falta de prerrogativas das Assembleias Legislativas e, sobretudo, do Congresso Nacional.

Sem dúvida alguma, se o sistema brasileiro de governo fosse parlamentarista, talvez tivéssemos mais prerrogativas e um pouco mais de força. Entretanto, diante de tudo isso, cabe ao Poder Legislativo Municipal, Estadual e Federal muitas vezes dar a sua contribuição, promovendo o debate dos grandes temas e sensibilizando a sociedade, para que mais adiante o Poder Executivo seja

tocado e transforme essas reivindicações em projetos de lei.

Portanto, v.exa. tem razão e só nos resta reclamar e propor que a população se mobilize e faça com que sejam dadas mais prerrogativas ao Parlamento como um todo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço o seu aparte, deputado Darci de Matos. Hoje, por exemplo, deputado Neodi Saretta, votamos na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público um projeto de sua autoria muito interessante, segundo o qual deverão ser colocadas nas contas telefônicas notas sobre os protocolos de reclamações. Foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça, mas pode, mais à frente, ser considerado inconstitucional. É uma coisa importante, mas é perfeitamente possível ser considerada inconstitucional, justamente pelo fato desta Casa não ter capacidade legal de originar projetos desse tipo.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Fernando Coruja, quero somar-me a v.exa., que aborda um tema muito importante e quero ainda fazer referência à outra forma de participação.

Hoje vamos votar nesta Casa o PLC n. 0006/2015, que trata do reajuste do piso salarial estadual, que teve origem em um projeto popular decorrente da articulação dos sindicatos e das centrais sindicais. Esse foi um dos poucos projetos de iniciativa popular aprovado.

Com referência aos projetos de origem popular, aprovamos nesta Casa, no ano passado, projeto de minha iniciativa que abriu a possibilidade de a coleta de assinaturas ser feita virtualmente, a fim de que não se precise colher assinaturas físicas, o que facilita a apresentação de projetos desse tipo.

Então, o fortalecimento das Assembleias Legislativas, o aumento de suas prerrogativas e da capacidade de a população apresentar projetos diretamente têm todo o nosso apoio.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Para encerrar, acho que este projeto ao qual o deputado Neodi Saretta se referiu, de sua autoria, é um dos mais importantes aprovados por esta Casa.

Através do nosso fórum vamos propor, sr. presidente, por iniciativa do deputado Cesar Valduga, uma emenda constitucional a fim de que também a Constituição Federal possa ser emendada por meio de iniciativa popular, porque isso hoje não é possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência apela aos srs. deputadas e às sras. deputadas que estão em seus gabinetes que venham ao plenário para podermos apreciar o PLC que trata do salário mínimo regional do estado de Santa Catarina, que consta da pauta da Ordem do Dia.

Com a permissão do nosso presidente, deputado Aldo Schneider, vamos suspender a presente sessão até as 16h, quando reiniciaremos com a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão até as 16h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, v.exa. fica muito bem na condução da nossa sessão e espero que possa conduzir o Parlamento catarinense por alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero citar, com grande satisfação, a presença neste plenário da sra. Silvia Ceolin, que preside a maior associação de micro e pequenas empresas do Brasil, a Ajorpeme, como também o sr. Diogo Otero, que preside a Fampesc - Federação das

Micro e Pequenas Empresas do Estado de Santa Catarina.

Também estão no plenário fazendo-nos uma visita o Daniel e a Luciana.

Sr. presidente, recebi um pleito da Ajorpeme, que coloca sua preocupação com a ampliação do programa Juro Zero, do Badesc, através da transformação da diretoria da Micro e Pequena Empresa em secretaria de estado. Eles vieram também externar sua preocupação com a região metropolitana e com a segurança do município de Joinville.

Isso é muito importante porque demonstra que as entidades empresariais não se preocupam somente com as questões corporativas do segmento, mas também com a melhoria da qualidade de vida da nossa gente.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a v.exa. o registro da presença das citadas lideranças neste plenário, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero apenas registrar com satisfação a presença do prefeito Lauro Fröhlich, de Guaramirim, e em seu nome saudar todos os demais prefeitos e vereadores que com sua presença abrilhantam esta sessão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Sejam bem-vindos o prefeito de Guaramirim e todos os demais prefeitos e vereadores do estado de Santa Catarina.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0259/2014, de autoria deste deputado, que denomina Professora Attela Jenichen a escola modelo do município de Indaial.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Não haveria necessidade de usarmos o painel, mas como estamos aperfeiçoando-o, faremos mais um teste. Gostaria da compreensão dos srs. deputados e das sras. deputadas no sentido de que vamos fazer esta votação no painel. Iremos, a cada votação, aprimorando o nosso painel até chegarmos exatamente àquilo que os proponentes da ideia, capitaneados pelo deputado Fernando Coruja, pretendem.

Como o projeto é de minha autoria, tomo a liberdade de pedir o voto "sim" aos colegas e informo que o presente projeto já foi aprovado em primeiro turno.

Solicito a abertura do painel para que se inicie o processo de votação, quando cada deputado vai exercer, através de sua senha, o seu direito de voto.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria que v.exa. lesse a ementa do presente projeto para que todos tomem ciência do que vamos aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Perfeitamente, deputado Antônio Aguiar.

Trata-se do Projeto de Lei n. 0259/2014, de autoria deste deputado, que denomina Professora Attela Jenichen a escola modelo do município de Indaial, que está em segunda votação.

Solicito a todos os srs. deputados que exerçam o seu direito de voto.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, eu havia entendido ontem que neste momento da votação apareceriam no painel eletrônico os nomes dos deputados e ao lado escrito "votou", para sabermos quem já exerceu o seu direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Deputado, este é o estudo que a área técnica está fazendo: vota, abrimos o painel, o voto do deputado aparece e aí colhemos o resultado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, precisamos fazer a coisa certa, que é termos no painel o nome de todos os parlamentares e em vez de aparecer o voto "sim" ou "não", aparecer a palavra "votou", num primeiro momento. Depois se colheria o voto e apareceria o resultado final no painel.

Digo isso, sr. presidente, porque me lembro de quando presidia a sessão, às vezes o deputado estava no plenário conversando sobre outras matérias e não percebia se havia votado ou não. Por isso deveria aparecer no painel o nome e uma luzinha sinalizando se votou ou não e ao final, o resultado.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - A sua sugestão é de grande valia. Ainda estamos em fase de testes, a fim de que possamos fazer as adequações necessárias na área de informática.

Eu, que neste momento estou presidindo, sei exatamente quais os deputados que votaram ou não. Assim, se for o caso, o presidente deverá ficar atento aos deputados que não votaram. De qualquer forma, a ideia de v.exa. é importante. Sei, por exemplo, que o deputado Romildo Titon não votou ainda.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Eu quero fazer uma observação, porque apesar de achar interessante a ideia do deputado Fernando Coruja, parece-me que precisamos analisá-la com cuidado, porque antes o processo era mais transparente. Agora, por exemplo, v.exa. sabe quem votou, mas nós não sabemos.

Eu sugiro, sr. presidente, que voltemos ao sistema anterior e que possamos conversar melhor sobre o assunto, deixar a ideia amadurecer e, quem sabe, resolver numa reunião de líderes. Acho que a intenção foi boa, mas está tolhendo-nos um pouco.

Essa é a minha sugestão, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Na prática, deputado Neodi Saretta, estamos tentando aprimorar o sistema de forma compartilhada com todos os deputados. A ideia do deputado Kennedy Nunes parece-me ser a mais apropriada, ou seja, na lista dos deputados aparecerá se votou ou não e depois colheremos o voto "sim" ou "não".

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, evidentemente o processo de votação é aberto, conforme determinam tanto a Constituição Federal como a Estadual, porque a sociedade precisa saber como votam os srs. deputados. Isso é ponto pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Exatamente. Estamos em teste.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Claro, porque o objetivo é exatamente diminuir a influência que pode ter, de repente, a Presidência na votação. Quando o resultado "sim" ou "não" já vai aparecendo, o próprio presidente pode

perfeitamente, em determinado instante, percebendo pelo painel que o resultado está 11 a nove e que chega um parlamentar a mais que vai votar contra, encerrar a votação.

Então, não me parece adequado estar aberto o painel o tempo todo, porque vejo os deputados do PT preocupados de que possa haver mais dificuldade para derrubar um veto. Mas o painel não é para a Oposição nem para a Situação. O painel é para a sociedade.

Acho o posicionamento do deputado Kennedy Nunes absolutamente correto. É preciso saber quantos votaram. Quem já votou ou não votou aparecerá no painel, ou seja, a votação de cada parlamentar vai aparecendo no painel. A forma como cada um votou é que só aparecerá no final. Porque da forma como é hoje, acho que esta Casa é a única do Brasil onde acontece assim, já que nas demais o processo é sigiloso. Imagina se fosse aberta, por exemplo, a votação presidencial, as pessoas iam votando e já ia aparecendo os votos: fulano está na frente, beltrano tem tantos votos... É claro que haveria indução do processo eleitoral.

Então, não se pode ter durante a votação a informação de como está o resultado parcial, porque isso contamina. Acho que o nome tem que aparecer no painel; o deputado, no momento que vota, tem que aparecer que votou; a quantidade de votos tem que estar às claras; na Mesa Diretora ninguém pode ter informação privilegiada, porque se tiver, não haverá transparência. Ao final da votação é que todos saberão como cada um votou.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu gostaria, deputado Leonel Pavan, se v.exa. me permite, de dizer que entendo que devemos provocar uma reunião de líderes para que possamos avançar nesse processo. Entendo que é importante fazer o que estamos fazendo, mas só vamos acertar se formos testando.

De qualquer forma, a minha sugestão ao deputado Gelson Merisio, quando do seu retorno, é fazer uma reunião com todos os líderes, colher a

opinião de cada um e a partir daí, sim, adotar essa nova sistemática ou não. Mas acho que o debate sempre é importante.

Agora, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, se mudarmos de novo, vamos ter que "desfritar" o ovo, porque ontem, quando foi colocado em votação, o deputado Ismael dos Santos usou o microfone contestando o novo processo e o presidente Gelson Merisio disse que ele era voto vencido.

O que acontece é que a Mesa Diretora, realmente, não pode conhecer o voto. Ela pode ficar sabendo, deputado Fernando Coruja, como acontece no Congresso Nacional, que falta tal parlamentar votar, ou seja, apenas visualiza no computador o deputado que não votou, a fim de o chamar para exercer o seu direito.

Mas se ficar como antes, o que vai acontecer? Eu me recordo que há poucos dias o deputado Serafim Venzon votou "não" naquele projeto de interesse dos funcionários do Ministério Público. A pressão começou em cima dele, mas ele tinha votado enganado. Foi pressionado, voltou pedindo desculpas e dizendo que na verdade o seu voto era "sim". E mudou o voto.

Então, o deputado Fernando Coruja tem razão, não pode aparecer o voto do deputado antes de terminar a votação total, como também o presidente não pode conhecer antecipadamente como cada um votou. Assim, se existe alguma correção a fazer, o deputado pode buscar a correção na Taquigrafia e na Mesa. Mas realmente o presidente não pode olhar o voto e o método mais eficaz é o que é usado no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu consulto os srs. deputados e as sras. deputadas se podemos colher o resultado desta votação, até porque já está entendido o que nós temos que mudar no painel.

Por questão de ordem v.exas. têm direito à palavra, mas estou consultando as duas deputadas se me permitem colher o resultado para darmos andamento à pauta da Ordem do Dia.

Deputada Ana Paula Lima, essa não é a forma ideal, já está dito que não é, mas hoje temos que agir dessa forma.

Ouço a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Em primeiro lugar, não há consenso no Partido dos Trabalhadores de que se deve modificar o painel de votação. E analisemos o caso, já citado aqui, do deputado Serafim Venzon. O deputado Leonel Pavan afirmou que ele se sentiu coagido, pressionado, porque o teor do seu voto apareceu no painel. Agora, há o outro lado da questão, porque o deputado pode, às vezes, realmente votar errado. O deputado pode errar e não vai saber. Entendo que temos maturidade suficiente, sabemos votar "sim" ou "não" e temos que assumir as consequências dos nossos votos. O voto tem que ser 100% transparente, no meu entendimento.

Agora, essa questão precisa ser mais debatida e concordo que os partidos podem discutir internamente e resolvê-la numa reunião de líderes.

Por fim, gostaria de solicitar que encerremos esta discussão, uma vez que há muitos trabalhadores nas galerias esperando a votação de projeto de seu interesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ouço agora a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Com todo o respeito ao deputado Fernando Coruja, ele complicou a nossa situação, porque há muito tempo nesta Casa derrubamos o voto secreto. Acho que cada um aqui tem consciência do que está votando. Ninguém é pressionado por ninguém. Nós viemos aqui para votar conforme a nossa consciência e entendimento. Eu acredito que o deputado Serafim Venzon não foi coagido, ele foi alertado. Nesta Casa a sociedade vê como nós votamos e tenho certeza de que nenhum deputado aqui é pressionado. Se ele se deixa pressionar, não deveria estar aqui, porque ele tem que votar conforme seu entendimento.

Então, sr. presidente, a nossa colocação é que possamos votar o que está na pauta e que se discuta não como o deputado Gelson Merisio falou

ontem, que era voto vencido, quando o deputado Ismael dos Santos colocou seu posicionamento contrário. A verdade é que a maioria dos parlamentares não sabia o que estava acontecendo e ficou atônita porque o voto não aparecia. Eu acho que transparência é dizer voto a voto e o painel serve para controlarmos o nosso voto, para que não aconteça o que ocorreu com o deputado Serafim Venzon, na semana passada, que se equivocou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Esta Presidência gostaria de comunicar a todos os sr. deputados o seguinte: estamos com a galeria tomada por pessoas que aqui vieram para assistir à votação do PLC n. 0006/2015, que reajusta o salário mínimo regional.

Portanto, vou conceder a palavra, pela ordem, sobre essa questão do painel, apenas aos deputados Silvio Drevek e Fernando Coruja, que foi citado.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Para resumir rapidamente, sr. presidente, a trovoada aqui está maior do que a chuva. O encaminhamento que foi feito é que vai continuar a transparência, conforme o deputado Fernando Coruja falou. Qual é a orientação? O deputado vota e depois da votação a população vai saber, porque vai aparecer se votou "sim" ou se votou "não".

A polêmica iniciou por conta dos vetos e é claro que isso pode ter influência. Então, não há por que temer o fato de não sabermos qual foi o voto, pois vamos ter transparência no painel, apenas o procedimento é que muda. E aí eu concordo com os deputados Fernando Coruja e Leonel Pavan: não há por que temer o fato de mudarmos a ordem dos fatores.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, é evidente que aqui não estamos tratando do voto ser secreto ou não, todos sabemos que o voto é aberto. Mas, com todo respeito, esse assunto diz respeito à população que precisa ter garantida uma votação democrática.

Durante o processo de votação em qualquer Casa Legislativa o painel é aberto depois. Ninguém é contra a transparência, mas não podemos permitir um mecanismo em que o presidente da Casa tenha

poder demasiado e possa encerrar a votação na hora em que souber que o resultado lhe favorece. Então, para retirar o poder da Mesa e para dar poder ao povo, queremos que assim seja feito.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O S. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Presidente, não podemos retirar do deputado o direito de ver o voto que ele deu. Eu digitei o número errado, por isso fiz a correção. A Câmara Federal e o Senado têm exatamente esse modelo que o deputado Fernando Coruja está citando. O deputado vota, mas os outros deputados não sabem o teor do seu voto. Ao final é que todos ficam sabendo o resultado da votação. Vamos copiar o modelo do Congresso Nacional!

O S. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Gostaria de passar uma informação aos srs. deputados. A assessoria me informou que o presidente Gelson Merisio já determinou que nem ele, como presidente, nem o deputado que estiver presidindo a sessão terão acesso a essas informações. Ele já pediu a alteração do sistema. Então, essa questão do presidente saber quem votou ou não já não existe mais. Esse ponto já foi equacionado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O S. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Estão todos aqui falando a mesma coisa, presidente. O deputado Fernando Coruja tem razão. O voto imediatamente mostrado no painel pode influenciar. O deputado Kennedy Nunes tem razão de que à medida que formos procedendo à votação deverá aparecer a informação de que o deputado votou. E como o voto é aberto ao final abre-se o resultado.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO Aldo Schneider) - Está encerrada a votação. Abro o painel

eletrônico. Se algum deputado quiser mudar o seu voto, ainda está em tempo.

(Pausa)

Não havendo interesse de nenhum deputado de mudar o seu voto, colho o resultado.

Temos 30 votos "sim".

Está aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0006/2015, de origem governamental, que altera o art. 1º da Lei Complementar n. 459, de 2009, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero fazer o encaminhamento e enaltecer aqui o trabalho que foi feito pelas duas partes, a parte laboral e a patronal, que desde novembro do ano passado estiveram construindo um acordo para fixar o percentual de aumento do salário mínimo regional. Portanto, ao chegar a esta Casa estava já acordado entre as partes e nós, certamente, demos celeridade tanto na comissão de Constituição e Justiça, como na comissão de Finanças e Tributação e na de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Então, o nosso encaminhamento é pelo voto "sim", respeitando a negociação feita pelas partes e enaltecendo o fato de o aumento ser retroativo

ao mês de janeiro, o que beneficia os trabalhadores.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero, em primeiro lugar, registrar a presença de várias centrais sindicais: CUT, Nova Central e União Geral dos Trabalhadores, além do coordenador sindical do Dieese/SC, Ivo Castanheira, e de trabalhadores da Fecesc e do sindicato de hotéis.

Em primeiro lugar, quero dizer que somos o único estado da federação brasileira onde as negociações se dão entre a iniciativa privada e o movimento sindical e não através do governo do estado. Acho que só esse fato já merece o nosso reconhecimento. Em segundo lugar, desejo destacar que é a terceira lei decorrente de iniciativa popular: temos o art. 170, a Defensoria Pública e esta do piso salarial regional, o que é muito importante.

Então, parabênizo todos os trabalhadores, suas lideranças e tenho certeza de que a votação será unânime, já que todos os parlamentares serão favoráveis à matéria em questão.

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, srs. deputados, quero registrar a presença das lideranças do movimento sindical, a Nova Central, a UGT, a CUT e as demais lideranças que acompanham a sessão no dia de hoje. Quero dizer também que no dia de hoje estaremos reafirmando a maior política pública de trabalho do estado de Santa Catarina, que contará com o

voto favorável, tenho certeza, da unanimidade dos parlamentares desta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, é fundamental que se diga que esse projeto é de autoria do governo do estado e que foi acordado entre os trabalhadores e os empregadores, porque Santa Catarina é um estado diferenciado, onde o setor produtivo se entende com seus trabalhadores.

Mas, mais do isso, esse projeto atende essencialmente às categorias mais simples, menos organizadas, os trabalhadores avulsos, os trabalhadores na agricultura, aqueles que muitas vezes não têm condições de enfrentar o patrão na definição dos seus salários. Logo, trata-se também de um projeto de inclusão social.

Parabéns aos trabalhadores, parabéns ao governo e à comunidade empresarial de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, quero inicialmente destacar a matéria que altera valores dos pisos salariais das diversas categorias de trabalhadores catarinenses, que irá a votação menos de duas semanas após o início da sua tramitação neste Parlamento. Em razão do seu amplo interesse para os catarinenses, os deputados que aqui representam a sociedade deram celeridade aos trabalhos, para que nesta tarde pudéssemos votar em plenário esta importante matéria que tem efeito retroativo ao mês de janeiro.

Devo lembrar que o acordo firmado para a fixação dos novos valores dos mínimos regionais com validade para todo o território de Santa Catarina é fruto de uma negociação entre os movimentos sindicais e as associações classistas, em uma negociação ampla que passou pelo governo e pelas bancadas de todos os partidos nesta Casa. Passou pelo presidente Gelson Merisio, com a participação da Casa Civil, com a participação da base do governo e com o envolvimento dos deputados que aqui na Assembleia Legislativa dão sustentação ao governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

Em linhas gerais, ressalto a importância de um acordo amadurecido com a prática do entendimento de alto nível, com a boa conversa de lideranças que sabem que é possível atender com respeito a quem está no outro lado da mesa das negociações. E isso resultou num avanço salarial médio de 8,84%, que supera a inflação oficial do período, conforme parâmetros anunciados pelos órgãos oficiais.

Entendo que o resultado dessas negociações é motivo para cumprimentarmos o governo, que mantém a política de garantir padrões para o mínimo regional em quatro faixas salariais que estão acima do salário mínimo nacional. E isso também é uma conquista da base do governo, como ficou claro, pois aqui tratamos dos assuntos com a celeridade que merecem. Tanto é que ainda na manhã de hoje a matéria foi votada na comissão de Finanças, presidida pelo deputado Marcos Vieira, e agora será votada em plenário.

Para que a população entenda do que estamos falando, o mínimo nacional está hoje em R\$ 780,00, ao passo que o mínimo regional do estado de Santa Catarina está em R\$ 885,00. Esses são os valores vigentes até o momento, sendo que o mínimo nacional já está com o seu valor atualizado.

O projeto que vamos votar fixa novos patamares para o salário mínimo em Santa Catarina, que faço questão de detalhar. Isso é importante, temos que dar conhecimento à sociedade catarinense. Para os trabalhadores da agricultura, pecuária, pesca e para os empregados domésticos, para quem trabalha

na construção civil, para os prestadores de serviços, como os motoboys, o salário mínimo regional catarinense passa de R\$ 835,00 para R\$ 908,00. Para os trabalhadores do vestuário, do setor calçadista, para os que atuam na indústria do papel e papelão, para os empregados de empresas de telemarketing e da indústria do mobiliário, o salário mínimo retroativo a janeiro passa de R\$ 867,00 para R\$ 943,00. Já para os trabalhadores da indústria química farmacêutica, da alimentação e do comércio em geral, o mínimo em Santa Catarina vai de R\$ 912,00 para R\$ 994,00. Para os que trabalham no ramo da metalurgia, no segmento da mecânica, de materiais elétricos, nas indústrias gráficas, nas indústrias de vidro e louça, em artefatos de borracha ou de setores de turismo, em condomínios residenciais, em estabelecimentos de ensino, em serviços de saúde, processamento de dados, também motoristas de transporte em geral, o novo padrão mínimo de Santa Catarina passa de R\$ 957,00 para R\$ 1.042,00.

Portanto, esses são os valores detalhados desse grande projeto que está sendo votado hoje, e a bancada do PMDB está orientada a votar "sim".

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, em nome da bancada do PSDB, formada pelos deputados Leonel Pavan, Marcos Vieira e Dr. Vicente Caropreso, informo que votaremos favoravelmente a este projeto.

Quero prestar minha homenagem aos trabalhadores, aos empreendedores e ao governo do estado, que viabilizaram e mediaram esse processo que agora será coroado de êxito com a aprovação do PLC n. 0006/2015, que passa a valer a partir de 1º de janeiro.

Gostaria ainda, sr. presidente, de lembrar um pouco da história do trabalhismo brasileiro, porque a Lei Complementar n. 103, de 14 de julho de 2000, quando era presidente Fernando Henrique Cardoso, permitiu que os estados brasileiros pudessem instituir um piso salarial diferente e maior que o salário mínimo nacional.

Então, estão de parabéns os trabalhadores, o governo e também a nossa história, pois graças a essa lei complementar conquistamos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Srs. deputados, sras. deputadas, solicito que todos exerçam o seu direito de voto.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu só gostaria de reforçar o que já falei na comissão, ou seja, se há mérito em tudo isso é das entidades dos trabalhadores e também dos patrões, que durante muito tempo discutiram para chegar a um consenso. Como disse pela manhã, nós somos, deputado Leonel Pavan, apenas o forno onde será assado o pão, pois quem colocou os ingredientes, amassou, colocou o fermento para não ficar abatimado, deputado Valmir Comin, foram os trabalhadores e os patrões.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu me recordo que há muitos anos Leonel Brizola, meu querido amigo, já falava que deveríamos ter um salário mínimo regional. Mas o povo foi para a rua e pediu que este projeto fosse implantado em todos os estados brasileiros. Fernando Henrique Cardoso ouviu o clamor das ruas e em 2000 encaminhou projeto ao Congresso Nacional permitindo que os estados estabelecessem valores diferenciados para seus mínimos.

Nós hoje saudamos todos os trabalhadores de Santa Catarina e a visão de estadista de Fernando Henrique Cardoso, que foi o autor da lei.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Schneider) - Solicito ao deputado Natalino Lázare que exerça o seu direito de voto, pois ainda não o fez.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, quero reforçar que Santa Catarina está de parabéns porque é o único estado em que trabalhadores e empresários entraram num entendimento.

Então, parabéns às centrais sindicais que se fazem presentes e que tanto lutaram por esse entendimento. É uma luta de muitos e muitos anos que esses trabalhadores vêm travando e finalmente conquistaram, através do diálogo e da compreensão, o consenso.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, estou muito feliz por haver participado da caminhada histórica, que culminou, em 2009, com a aprovação da lei do piso mínimo regional.

O deputado Leonel Pavan afirmou que o ex-presidente Fernando Henrique aumentava em R\$ 5,00 o salário mínimo. Tínhamos um salário de US\$ 68 e há pouco chegamos a US\$ 350. Essa foi uma grande conquista.

E aqui está mais uma demonstração de que a luta, a organização, o abaixo assinado elaborado pelos trabalhadores, o diálogo aberto entre as empresas e os empresários são importante, porque todos saem ganhando. Ganham os trabalhadores e ganha principalmente a economia com mais arrecadação e mais geração de empregos.

Parabéns a todos e somos extremamente favoráveis a este projeto que, com certeza, traz

mais dignidade, pois recupera o piso mínimo catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Srs. deputados, vamos encerrar a votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, se alguém aqui está de parabéns são os trabalhadores e os empresários do nosso estado que dialogaram para a construção deste projeto. Os trabalhares sentaram incontáveis vezes à mesa de negociação com o governo, com esta Casa e nunca desistiram.

Sr. presidente, não poderia deixar de lembrar que na época de Fernando Henrique Cardoso não havia nem emprego quanto mais salário.

Então, parabéns aos trabalhadores e aos empresários, que entraram num entendimento, e parabéns aos parlamentares que fizeram o dever de casa.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, o pão está no forno e se v.exa. não o tirar de lá vai queimar! Por favor, encerre a votação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito à assessoria que abra o painel de votação e comunico aos srs. deputados que quem quiser poderá mudar seu voto ainda.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIM	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 34 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada em primeiro turno por unanimidade dos deputados presentes.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h45, destinada à votação em segundo turno do presente projeto.

Está encerrada a sessão.